

REUNIÃO TÉCNICA NACIONAL DA
PFE-INSS

**Acordos de Cooperação com
o Sistema S e Instituições
Federais de Ensino Superior
para oferecimento de cursos
profissionalizantes para
segurados em reabilitação
profissional**

RODRIGO GALVÃO
PROCURADOR FEDERAL -
PFE/INSS/FLORIANÓPOLIS.
DOUTOR E MESTRE EM DIREITO
PELA UFSC. ESPECIALISTA EM
DIREITO ADMINISTRATIVO PELA
UNIVERSIDAD DE SALAMANCA.
MEMBRO DO INSTITUTO DE
DIREITO ADMINISTRATIVO DE
SANTA CATARINA - IDASC.
COORDENADOR DO COLÉGIO DE
CONSULTORIA DAS PROCURADORIAS
FEDERAIS EM SANTA CATARINA

Reabilitação profissional:

- a) Ponto nevrálgico
- b) Gravidade do problema
- c) Foco de tensão com o MP e o Judiciário
- d) Impacto financeiro e social

A consulta tal como foi posta: “como contratar diretamente as entidades do Sistema S para a prestação de cursos profissionalizantes para os segurados em reabilitação profissional?”

Qual é a necessidade pública?

O que é o Sistema S?

a) Paraestatal

b) Finalidade

c) Contribuições parafiscais: dinheiros públicos
(16 bilhões de reais 2016) => interesse público
(?)

d) LDO 2013 – transparência da “contabilidade”

O que é o Sistema S? (cont.)

- gratuidade:

Decretos 6632, 6633, 6635, 6637/2008

- Cooperação entre a A.P. federal e os SSA para programas de interesse público: Decreto 8.688/2016

-

-

CONTRATOS x CONVÊNIOS

Diferenças

Vantagens

“Eu não firmo convênio no lugar de contrato e não firmo contrato no lugar de convênio”

Ato administrativo **VOCACIONADO**

RESOLUÇÃO No 118/INSS/PRES, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o encaminhamento de clientela à Reabilitação Profissional e Acordos de Cooperação Técnica e dá outras providências.

Art. 4º Em consonância com a legislação previdenciária, as Unidades e órgãos descentralizados do INSS (Superintendências Regionais ou GEX), poderão celebrar acordos de cooperação técnica, no âmbito da Reabilitação Profissional, com entidades públicas ou privadas e sem ônus para os partícipes, para prestação dos seguintes serviços:

- I - atendimentos especializados (nas áreas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Psicologia);**
- II - avaliação e elevação do nível de escolaridade;**
- III - avaliação e treinamento profissional;**
- IV - promoção de cursos profissionalizantes;**
- V - estágios curriculares e extracurriculares para alunos graduados;**
- VI - homologação do processo de habilitação ou reabilitação de PcD; e**
- VII - homologação de readaptação profissional.**

Parágrafo único. Os acordos citados no caput e listados nos incisos de I a VII serão celebrados conforme os modelos de acordos e planos de trabalho constantes nos Anexos de I a VII.

Art. 5o As propostas de acordos de cooperação técnica do INSS com as entidades públicas ou privadas, citadas nos incisos de I a VI do art. 4o, deverão ser acompanhadas dos seguintes elementos:

I - nome completo da entidade pública ou privada e endereço;

II - nome completo e cargo do representante legal que assinará o acordo e documentos comprobatórios de sua capacidade jurídica;

III - indicação de, no mínimo, dois representantes das entidades públicas e privadas que prestarão os serviços dos acordos;

IV – cópia do ato constitutivo da proponente e última alteração; e

V - documentos comprobatórios da capacidade jurídica e da regularidade fiscal (CND do INSS, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal, inclusive da certidão de dívida ativa da União).

Acordos na prática

- articulação, diálogo, negociação, pontes institucionais, outro protocolo, consensualidade
- Consultoria X Assessoria - protocolos
-
- o novo Advogado Público
- Gestores e o conceito de discricionariedade

CONCLUSÕES